

Heleieth Saffioti e o pioneirismo nos estudos do feminismo no Brasil

Angélica Lovatto¹

RESUMO: Este artigo apresenta a discussão que a socióloga Heleieth Saffioti realizou em pesquisa realizada nos anos 1960, inicialmente como doutorado e depois complementado para sua Livre-Docência, sobre o tema da mulher na sociedade de classes, que viria a se tornar um texto pioneiro no Brasil sobre feminismo, marxismo e luta de classes. Publicado como livro em 1969, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* é um texto de atualidade impressionante porque traz uma proposta metodológica para o estudo das questões da exploração feminina no capitalismo, além da abordagem histórica, econômica, política e cultural.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti. Marxismo. Feminismo.

ABSTRACT: This article presents the discussion that sociologist Heleieth Saffioti carried out in research conducted in the 1960s, initially as a doctorate and then complemented for his *Livre-Docência*, on the subject of women in class society, which would become a pioneering text in Brazil on feminism, Marxism and class struggle. Published as a book in 1969, *The Woman in Class Society: Myth and Reality* is an impressive text because it brings a methodological proposal for the study of the issues of female exploitation in capitalism, as well as a historical, economic, political and cultural approach.

Keywords: Heleieth Saffioti. Marxism. Feminism.

*“Se esta obra não se dirige apenas às mulheres,
não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino.
Não é, portanto, feminista. Denuncia, ao contrário, as condições precárias de
funcionamento da instituição família nas sociedades de classes
em decorrência de uma opressão que, tão somente do ponto
de vista da aparência, atinge apenas a mulher.”*
Heleieth Saffioti²

Heleieth Saffioti foi pioneira nos estudos sobre a condição da mulher no Brasil – hoje mais conhecidos como “estudos de gênero” – não só porque tratou sistematicamente do assunto quando não era tão usual nas ciências sociais no país, mas principalmente porque trabalhou duas difíceis relações, quase ao mesmo tempo: a condição da mulher e a luta de classes; o marxismo e a questão feminina. A autora deixou, portanto, importante

¹ Professora de Ciência Política do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas UNESP (Marília). Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Pensamento Político Brasileiro e Latino-americano”.

² SAFFIOTI, Heleieth. Nota preliminar. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013, p.34.

herança nos estudos sobre a mulher que, na atualidade que a questão apresenta, é referência obrigatória para quem deseja tratar do tema, tanto pelo resgate histórico que suas reflexões representam, como para vislumbrar as possibilidades de efetiva emancipação feminina neste século XXI.

Para os objetivos aqui propostos, e no necessário limite de espaço aqui delimitado, optei por apresentar tão somente as problemáticas centrais³ daquele que é considerado seu principal estudo, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Publicado em livro em 1969, foi fruto de pesquisa inicial de doutorado que, mais tarde, resultou na Livre-Docência na UNESP, campus de Araraquara.⁴ A repercussão do estudo levou a uma segunda edição em 1976. E, numa iniciativa bastante oportuna, a terceira edição veio a público por meio da Expressão Popular, em 2013, e já se encontra em sua segunda reimpressão, demonstrando a atualidade e a importância do pensamento de Heleieth Saffioti.

Dizer de sua atualidade, não significa ignorar os avanços – especialmente de pesquisas empíricas – realizados nas últimas décadas. A própria autora adverte, em nota à segunda edição de 1976, que “considerando-se o objetivo desta obra – abordar uma série de problemas até então não percebidos ou tratados sem embasamento teórico –, seria praticamente impossível a atualização de todas as suas partes”, ressaltando que o impulso “sofrido pelos movimentos feministas nestes últimos anos foi tal que existem obras bem nutridas tratando exclusivamente desta questão”. No entanto, adverte: “a magnitude do material empírico impõe, por conseguinte, a especialização” que, no entanto, “tende a estreitar as fronteiras teóricas em que os fatos são situados”.⁵

Se isso já valia para 1976, vale muito mais para este início de século. Daí o significado que aqui atribuímos à atualidade do texto: valorizar o arsenal teórico-metodológico em que se situa a obra de Saffioti⁶ – que é o legado que recebemos para a

³ Uma visão mais detalhada do livro, de mais de 500 páginas, levaria a uma outra escolha de forma e conteúdo, que não cabe aos propósitos deste artigo. Não obstante, a problematização geral que aqui apresento pretende contribuir com o devido destaque e relevância que a obra de Heleieth Saffioti conquistou.

⁴ Cf. CANDIDO, Antonio. Prefácio. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013, p.27.

⁵ SAFFIOTTI, Heleieth. Nota à segunda edição. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013, p.38.

⁶ Há um desenvolvimento mais completo desse aspecto em SAFFIOTTI, H. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Mulher em seis tempos - Seminário Temático II*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1991. Desenvolvo melhor este aspecto no texto LOVATTO, Angélica. Desvendando *O poder do macho*: um encontro com Heleieth Saffioti. Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.110-118, 2º. semestre 2011.

realização de novas pesquisas – que caminha no sentido contrário do eventual estreitamento das fronteiras teóricas em que os fatos são situados, reconhecendo que os limites datados de seu texto, correspondem a um contexto histórico do final dos anos 1960, num país que inclusive passava por grande repressão ditatorial, que correspondia – no plano internacional – à lógica da Guerra Fria.

Importante ressaltar que o livro de Saffioti é composto por três partes⁷ que, embora se complementem, podem ser lidos de maneira independente.⁸ É assim que ganha destaque – como uma leitura interpretativa do Brasil – a parte II de sua obra, a saber, “A evolução da condição da mulher no Brasil”. Nela, a autora faz uma análise da formação histórica do país, por meio da localização dos papéis sociais da mulher brasileira e sua evolução.

Mulher, luta de classes e capitalismo

A epígrafe que escolhi para abrir este texto demonstra, em meu entendimento, a determinação da autora em escapar aos escaninhos de classificação apressadamente engajados que poderiam ser impostos à sua reflexão. Ao mesmo tempo, ela sabia que seus estudos poderiam trazer luz a um tema que, no Brasil, estava ainda procurando seus caminhos. Entendo que a autora trabalhou no sentido de estabelecer as bases para uma melhor compreensão teórico-metodológica do tema, além – evidentemente – de contribuir para o alcance político das necessárias transformações da condição da mulher na sociedade.

A problemática proposta e desenvolvida por Saffioti, neste texto publicado em 1969 – mas cuja redação havia sido concluída em 1967⁹ – é apresentada nos seguintes termos: “A explicação da situação da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção”.¹⁰ Seu objetivo era explicitar os mecanismos pelos quais

⁷ Parte I – Mulher e capitalismo; Parte II – Evolução da mulher no Brasil; Parte III – A mística feminina na era da ciência.

⁸ Cf. CANDIDO, Antonio. Op. cit.

⁹ Para maiores detalhamentos de como a pesquisa nasceu e foi desenvolvida, consultar GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de *A mulher na sociedade de classes*. Apresentação. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013, p.11-25.

¹⁰ SAFFIOTI, op. cit., p.507.

as sociedades de mercado operam, com vistas “à regulação das atividades das duas categorias de sexo de modo a atenuar conflitos gerados pela ordem social competitiva”¹¹

Esta problemática e este objetivo geraram a seguinte hipótese, defendida pela autora:

Como o sistema capitalista de produção é incapaz de absorver a mão de obra potencial representada por todos os membros adultos e normais da sociedade de classes, *seus mecanismos de defesa consistem em tentar preservar-se sem expor demasiadamente suas contradições internas*. Eis por que lança mão de fatores de ordem natural a fim de, simultaneamente, manter seu padrão de equilíbrio, instável e contraditório, alijando força de trabalho do mercado, e justificar a marginalização de enormes contingentes femininos da estrutura de classes através das funções de reprodutora e socializadora por excelência da geração imatura, que tradicionalmente a sociedade atribui à mulher.¹² (grifos meus)

Poder-se-ia objetar que o capitalismo acabou utilizando-se mais do trabalho feminino do que a análise inicial de Saffioti argumentava, especialmente o trabalho precarizado, cuja especialização profissional é praticamente inexistente. No entanto, entendo que está justamente neste ponto – o trabalho feminino precarizado que tanto marca o nosso tempo – a chave para a compreensão do que a autora chamava a atenção em 1969: na linha de “tentar preservar-se sem expor demasiadamente suas contradições internas”,¹³ o capitalismo absorvia uma camada do chamado desemprego feminino, sem classificá-lo como desemprego,¹⁴ na medida em que era considerada “natural” a absorção de suas funções sociais como “reprodutora e socializadora por excelência da geração imatura”. Quando isso atingiu um limite insuportável do exército industrial de reserva, o capitalismo passou a “absorver” a força de trabalho feminina da forma mais precarizada possível, muito próxima da “especialização” do trabalho doméstico ou do trabalho de

¹¹ Ibidem.

¹² Idem, p.508.

¹³ István Mészáros desenvolve algo semelhante em sua tese sobre o sistema sociometabólico do capital, ao usar a expressão “linha de menor resistência do capital”, referindo-se à maneira como o capitalismo procura se adaptar aos movimentos sociais contestatórios ao sistema, mas que não apontam para a superação efetiva do capital pela perspectiva do trabalho. (Cf. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002).

¹⁴ “No caso da mulher, entretanto, cujo desemprego é justificado em termos das funções de reprodutora e de socializadora dos imaturos, que a mulher desempenha por atribuição da sociedade, a inatividade econômica não chega, portanto, a ser considerada propriamente desemprego”. SAFFIOTI, Heleith. Op. cit., p.509.

mãe. Senão vejamos: quando Saffioti explicita sua tese, expondo as contradições da sociedade de classes, chega à seguinte conclusão:

Se a elevação da produtividade do trabalho pode ser considerada um fim desejável socialmente, é preciso considerar *a totalidade em que este objetivo se insere* a fim de que se verifique se ela representa o alvo da sociedade como um todo ou se representa *apenas o alvo de uma classe social*.¹⁵ (grifos meus)

Fazendo referência aos pressupostos de uma democracia social e econômica, a autora argumenta que nada “é mais desejável do que a elevação da produtividade do trabalho” de tal maneira que a humanidade se “liberte do reino da necessidade e penetre no reino da abundância”¹⁶ Mas na medida em que, sob o capitalismo, o produto do trabalho social é desigualmente distribuído, “o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade de classes bloqueia” as possibilidades “de realização da democracia social e econômica”.¹⁷ Essa contradição ocorreria porque as oportunidades “de objetivação de si oferecidas aos seres humanos” dependeriam de fatores “sobre os quais estes seres não têm o mínimo controle”, como é o caso do desemprego estrutural. Consequência: as “sociedades competitivas” – expressão que a autora usa frequentemente – precisaram encontrar uma solução para lidar com esse desemprego, recorrendo – ainda que de forma precária e provisória – “ao não emprego de tecnologia poupadora de mão de obra”.¹⁸ Neste sentido, o desemprego masculino adquire a aparência de ser o único com feições realmente inaceitáveis socialmente, pela explicitação das contradições mais latentes do capitalismo. Mais um exemplo da autora no sentido de que não é possível entender a questão do trabalho feminino sem a contrapartida do masculino:

Como o sistema de produção não pode absorver toda força de trabalho potencial da sociedade de economia de mercado, libertar a mulher das funções que tradicionalmente vêm sendo desempenhadas por ela representa ampliar consideravelmente o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, o que, além de agravar sobremodo o problema do desemprego, expõe a estrutura social à observação e à crítica.¹⁹

¹⁵ SAFFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013, p.508-9.

¹⁶ *Idem*, p.509.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Idem*, p.510.

A situação da mulher expressa, segundo a autora, “o impasse diante do qual se vê colocada a sociedade de classes”.²⁰ Eis explicitada sua tese diante das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção! Ao mesmo tempo que explica, sua tese reconhece a posição da mulher na sociedade de classes, sem desconsiderar sua especificidade no sistema de produção onde homens e mulheres são explorados. Sendo assim, tendo a considerar que – para retomar este aspecto hoje e debater concretamente o papel das mulheres trabalhadoras e precarizadas na sociedade capitalista do século XXI – é necessário retomar este pressuposto tão bem construído por Saffioti no final dos anos 1960, sob pena de incorrerem no erro de isolar em demasia o papel feminino da totalidade histórico-social em que se insere.

Essa totalidade valeria também para outros aspectos, caso a eventual pretensão social fosse uma sociedade sem classes ou “pelo menos, uma sociedade de classes não antagônicas”, isto é, se seus membros estivessem de fato destinados a gozar de “liberdade suficiente para conquistar o *status* social que suas capacidades pessoais permitem”, onde “o nascimento, a cor e o sexo não decidem os destinos de pessoas”. Isso seria a realização plena de um “reino da razão”.²¹ Não é o que ocorre nas sociedades competitivas, em que a inversão dessa razão é operada:

Com efeito, enquanto nas sociedades pré-capitalistas a etnia e o sexo aparecem como fundamento da inferioridade social do escravo, do servo e da mulher, nas sociedades competitivas os caracteres naturais perdem, aparentemente, à proporção em que se processa o desenvolvimento social e econômico, a feição de marcas sociais que operariam como fatores de perturbação da ordem competitiva, racionalmente organizada.²²

Segundo a autora, há uma camuflagem, portanto, onde a sociedade competitiva vai “refinando suas técnicas sociais”, de tal modo a induzir “seus membros a atuar segundo as necessidades do sistema como um todo”.²³ Ao invés de descartar uma dada filiação étnica ou de ordem sexual, de modo explícito, a técnica refinada faz parecer que o descarte daquela “mão de obra” está sendo feito em função da ausência das qualificações exigidas, diante da harmonia do conjunto orgânico no qual se inserem. O

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Idem, p.511.

²³ Ibidem.

mecanismo dessa camuflagem faz com que a própria sociedade vá reelaborando constantemente o escopo das qualificações exigidas – diante das novas necessidades produtivas que seu processo impõe – de tal maneira que ela própria “seria incapaz de discernir onde terminam as razões que a natureza do organismo feminino impõe à permanência da mulher no lar e onde têm início os fundamentos sociais do alijamento de grandes contingentes femininos da estrutura de classes”.²⁴

Assim, a necessidade de satisfazer às exigências estruturais e funcionais de economia do mercado, segundo a autora, implicaria numa ambivalência:

Na manutenção de dois ideais contraditórios – a aspiração de ascensão social e a aspiração, tanto masculina quanto feminina, de fornecer à mulher as condições financeiras necessárias a fim de que possa realizar o padrão *mulher economicamente inativa* – revelam-se, vigorosamente, as contradições próprias de um sistema que, ao mesmo tempo, tenta preservar-se através de uma seleção prévia dos elementos a serem lançados no processo de competição, mediando a satisfação dessa necessidade com a estrutura familiar, e por meio da garantia de consumo, mesmo que num nível da subsistência, de todos os seus membros.²⁵ (grifos da autora)

Como então, as sociedades competitivas, tendem a resolver esta ambivalência? Os indicativos de Saffioti apontam que, nestas condições, o problema da mulher “não é somente seu, mas um problema de homens e mulheres”.²⁶ Isso porque essa sociedade não pode desconsiderar as necessidades básicas das unidades de consumo, a ponto de pôr em risco a sobrevivência de seus membros “qualificados” para o processo produtivo. Assim, ao contrário do que com frequência poderia aparecer – e aparece – na consciência masculina, “o processo de marginalização da mulher da estrutura de classes não traz benefícios aos homens” pois, como unidades de consumo, “a família acaba por auferir rendimentos inferiores”, pelo afastamento do elemento feminino do trabalho remunerado:

Assim, não apenas a consciência feminina está mistificada, mas o próprio homem se deixa levar pelos mecanismos de defesa do sistema capitalista de produção como se a manutenção de seu domínio sobre a mulher compensasse as desvantagens de uma distribuição extremamente desigual dos produtos do trabalho social.²⁷

²⁴ Ibidem.

²⁵ Idem, p.512.

²⁶ Idem, p.513.

²⁷ Ibidem.

Esse seria o motivo pelo qual, frequentemente, essas questões não aparecem como um problema social, mas exclusivamente como uma questão de “sexos” opostos, mistificando as consciências, tanto masculina quanto feminina. Seguindo esta importante base sobre a qual é erigido o pensamento de Heleieth Saffioti, tendo a considerar que – sem entender este aspecto da suposta luta “entre os sexos” – será difícil superar a alienação e o estranhamento que cercam o trabalho feminino e masculino na totalidade do sistema de produção capitalista no qual até hoje estamos, mais do que nunca, inseridos. Isso porque esse sistema já demonstrou o fôlego que tem, mesmo diante das crises econômicas mais objetivas que surgiram historicamente. Coloca-se aqui o velho problema entre condições objetivas e disposição subjetiva em superar o capitalismo: se os elementos subjetivos que poderiam interferir na objetividade desta crise não resolverem suas contradições, tanto no plano teórico, como no plano da ação, o capitalismo não perecerá simplesmente por uma fatalidade histórica, “crença” que contaminou alguns defensores do socialismo durante muito tempo. Refiro-me aqui às reflexões pioneiras que Saffioti realizou, neste mesmo livro, sobre as experiências que vinham sendo desenvolvidas no chamado “socialismo real”, e que serão referidas sinteticamente a partir desse momento.

Socialismo e questão da mulher

A principal hipótese defendida a este respeito por Saffioti é a de que as categorias de sexo não apresentam autonomia e “nem constituem determinações essenciais do sistema capitalista de produção”. Pensar o socialismo e a questão da mulher também segue, portanto, essa lógica, na medida em que “atacar diretamente as determinações essenciais da sociedade de classes” – como se isto fosse suficiente para “a solução de todas as contradições do sistema” – não seria, com certeza, a melhor maneira de propor a superação dos problemas da mulher. Considerando o estado da arte em que o socialismo real se encontrava naquele momento histórico – estruturado muito mais como sociedades pós-capitalistas do que sociedades com efetiva transição socialista²⁸ – a percepção de Saffioti sobre o tema era aguda: “a crença de que a implantação do socialismo levava, automaticamente, à destruição dos elementos culturais responsáveis pela inferiorização

²⁸ Cf. MÉSZÁROS, István. Op. cit.

social da mulher” teria limitado “as possibilidades de solução satisfatória do problema feminino pelas sociedades socialistas”.²⁹

Embora este não tenha sido o foco de sua pesquisa, a autora deixou algumas pistas para se pensar a questão. Argumentou que alguns socialistas chegaram a avançar na ideia de que o “feminismo só se legitima enquanto perspectiva inclusa e dependente de pontos de vista estruturalmente determinados”, mas nenhum deles teria sido capaz de explicar – pelo menos não de uma maneira convincente, segundo a autora – a situação da mulher nas sociedades capitalistas, dissecando objetivamente “esquemas estratificatórios e a estrutura de classes”.³⁰ Ao não fazerem isso, esses socialistas teriam deixado de tratar a questão feminina como parte integrante da superação da estrutura de classes, por debilidades de ordem teórica e prática:

Nem teórica nem praticamente a perspectiva socialista resolveu de modo satisfatório as questões femininas. Teoricamente, porque assimilou as relações entre os sexos às relações entre as classes sociais, raciocínio inaceitável, uma vez que as categorias sociais em questão possuem natureza diversa. (...) No terreno prático, embora as experiências socialistas não representem, de forma alguma, a solução definitiva dos problemas femininos, fizeram corresponder ao avanço do processo de emancipação feminina no terreno social uma posição economicamente segura para a mulher.³¹

Com isso, o socialismo real sequer conseguiu realizar a igualdade formal entre os dois sexos, o que a sociedade de classes – com suas mistificações – tende a realizar, apropriando-se mimeticamente do discurso de libertação da mulher no terreno da sexualidade e da reprodução. Talvez aqui, arriscando uma conclusão pessoal, a “linha de menor resistência do capital”³² tenha novamente saído vitoriosa, absorvendo – por assim dizer – a capacidade do movimento feminista de se impor na luta social, articulando de fato a condição da mulher com a sociedade de classes. Parece-me que – seguindo o raciocínio, já citado, de Mészáros sobre o sistema sociometabólico do capital – a incapacidade do socialismo real em superar o capital (e não apenas o capitalismo), resultou também em envolver as demais questões sociais no emaranhado das dificuldades

²⁹ SAFFIOTI, Heleieth, op.cit., p.516.

³⁰ Ibidem.

³¹ Idem, p.517

³² Cf MÉSZÁROS, István, op. cit.

insuperáveis que acabaram na derrocada de 1989-92, tanto no Leste Europeu, como na URSS.

Conclusão

Lembremos que Heleieth Saffioti desenvolve sua pesquisa em tempos de Guerra Fria e nos meandros de movimentos sociais que vieram a culminar na rejeição tanto ao capitalismo, quanto ao chamado socialismo real, como são exemplos o Maio de 1968 em Paris, Berkeley, Berlim e Praga. Naquele momento histórico, o desconforto em relação ao primeiro e segundo “mundos” aparecia em contestações vigorosas que, no entanto, não chegavam exatamente a propor um “novo mundo” em seu lugar. Daí a contextualização deste livro da autora: como mencionei anteriormente, embora tenha terminado de escrever em 1967, a publicação do livro de Saffioti entrou em circulação em 1969, momento em que passaram a ser discutidos “novos paradigmas para as ciências sociais”,³³ decorrentes do que ficou mundialmente conhecido como “crise dos *sixties*”.³⁴ Esta discussão questionava fortemente a validade do marxismo, que estaria ultrapassado, em função de “novas” manifestações dos fenômenos sociais, que por sua vez exigiriam um “novo” modelo analítico.³⁵ Esta perspectiva de revisão e crítica do marxismo anunciava o que foi denominado de uma “nova” esquerda que, por sua vez, estaria associada à derrocada da centralidade operária no processo revolucionário. Argumentava-se que as rápidas transformações por que passava a sociedade moderna teria levado à emergência de uma pluralidade de “novos sujeitos políticos”, “novos espaços sociais”, “novas práticas sociais” e “novas falas e representações sociais”, que haviam – por assim dizer – substituído “velhos” sujeitos sociais, como por exemplo a classe operária. Haveria, em suma, uma lacuna na teoria das classes sociais que o marxismo – em sua leitura tradicional – tinha dificuldade de preencher.³⁶

Na impossibilidade de entrar nos detalhes desta rica discussão, devido ao escopo aqui delimitado, gostaria de sugerir a hipótese de que a obra de Heleieth Saffioti – especialmente *A mulher na sociedade de classes* – contribuiu decisivamente no Brasil

³³ Cf. EVANGELISTA, João. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.

³⁴ Cf. FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1985.

³⁵ Cf. *Ibidem*.

³⁶ Cf. *Ibidem*.

para atuar no sentido contrário desta tese revisionista. A autora conseguiu valorizar a chamada “pluralidade de sujeitos políticos” sem desprezar o marxismo enquanto instrumento teórico-metodológico, equilibrando a condição da especificidade da mulher sem negar a centralidade da perspectiva do trabalho, inserida na luta de classes. Em suma, a autora foi capaz de ser pioneira na difícil questão feminina, ao mesmo tempo em que – por sua competência e comprometimento intelectual e político – escapou às armadilhas impostas pelo revisionismo teórico que os discursos pós-modernos – caracterizados pela negação das metanarrativas³⁷ – passaram a implementar, dominando a cena nos últimos 30 anos do século passado e início do XXI. Estes são motivos mais do que suficientes para que as novas gerações continuem lendo a obra de Heleieth Saffioti³⁸ e, o que é ainda mais necessário, possam propor formas de luta que ultrapassem decisivamente os limites de classe impostos por sociedades competitivas.

Referências:

CANDIDO, Antonio. Prefácio. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013, p. 27-29.

EVANGELISTA, João E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.

GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular. 3ª.ed., 2013, p.11-25.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista: Heleieth Saffioti por ela mesma. Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.70-81.

³⁷ Cf. LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.

³⁸ Importante referir a leitura de dois importantes dossiês: 1) Publicado em 2011, o dossiê “Feminismo e marxismo: um ano sem Heleieth Saffioti”, Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p. 70-199, que contém vários textos, além de importante entrevista realizada com a autora (GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma), disponível em http://www.pucsp.br/neils/revista/vol_27.html; 2) Publicado em janeiro de 2013, no Blog marxismo21, o dossiê “Marxismo e feminismo”, organizado por LOVATTO, Angélica e BARSOTTI, Paulo, disponível em <http://marxismo21.org/marxismo-e-feminismo/>, que contém – além de importantes referências sobre o tema – um texto muito procurado da autora, em revista esgotada nos anos 1980, SAFFIOTI, Heleieth. O fardo das brasileiras: de mal a pior. Revista *Escrita Ensaio*, n.5, São Paulo, 1979. Nele, a autora defende explicitamente que uma mulher genérica não existe, mas sim mulheres localizadas na estrutura social, que arcam com o ônus desta inserção e, portanto, a intensidade da discriminação feminina varia segundo as classes sociais.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *Pensamento 68*: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Ensaio, 1985.

LOVATTO, Angélica. Desvendando *O poder do macho*: um encontro com Heleieth Saffioti. Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.110-118, 2º. semestre 2011.

LOVATTO, Angélica; BARSOTTI, Paulo (orgs.). Dossiê *Feminismo e marxismo*. In: Blog marxismo21, janeiro 2013, disponível em <http://marxismo21.org/marxismo-e-feminismo/>

LOVATTO, Angélica. A corrente autonomista no Brasil e a classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1980. Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, Vol.20, n.37, 2º. semestre 2016.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. O fardo das brasileiras: de mal a pior. Revista *Escrita Ensaio*, n.5, São Paulo, 1979.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, Coleção Polêmica, 1987.

_____. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Mulher em seis tempos - Seminário Temático II*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1991.

_____. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular. 3ª.ed., 2013, 528 p.

RECEBIDO EM 11-11-2017

APROVADO EM 05-05-2018